

O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente

Franklin Serrano **

Carlos Medeiros **

Resumo

Nesse artigo mostramos como um esquema de análise baseado na abordagem clássica do excedente pode ser usado para explicar o desenvolvimento econômico das nações e, em particular, da economia brasileira nas últimas décadas. Nossa discussão começa pelas limitações da tradicional economia do desenvolvimento, por um lado e, por outro, à incapacidade da abordagem neoclássica de explicar alguns dos fatos estilizados mais importantes do processo de desenvolvimento. Discutimos como o esquema proposto pode explicar esses fatos e, dentro dessa perspectiva, as restrições internas e externas ao desenvolvimento econômico. Finalmente ilustramos o uso deste esquema através de um breve resumo de nossas pesquisas sobre o desenvolvimento recente da economia brasileira.

I) Introdução

Neste trabalho apresentamos resumidamente a forma como temos tentado repensar o desenvolvimento econômico em nosso próprio programa de pesquisa e prática de ensino (tanto para a graduação quanto para a pós-graduação), no grupo de pesquisa em economia política do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por este motivo todas as referências aqui são de nossos próprios trabalhos. Ao longo dos últimos anos temos repensado a economia do desenvolvimento adotando o “ponto de vista” da abordagem Clássica do Excedente, em sua forma mais moderna reformulada por Piero Sraffa e Pierangelo Garegnani, desde os primeiros anos da década de sessenta. Este evidentemente não é o caminho que está na moda atualmente e, até onde sabemos, não é adotado em nenhum outro lugar da América Latina.

Na próxima seção (II) discutimos duas limitações importantes da tradição da

economia do desenvolvimento. A seguir (seção III) apresentamos brevemente a abordagem clássica do excedente e ilustramos sua relevância para a questão do desenvolvimento a partir da discussão de dois importantes fatos estilizados do processo desenvolvimento econômico, a saber, i) a queda da proporção da força de trabalho empregada na agricultura (seção IV) e ii) a conexão entre taxa de investimento e taxa de crescimento do produto a longo prazo (seção V). Na seção VI discutimos a relação entre as restrições internas e externas ao crescimento econômico em nosso esquema de análise. A seção VII ilustra o esquema proposto apresentando um resumo de nossa análise sobre o desenvolvimento recente da economia brasileira. A seção VIII contém observações finais.

II) Dois Problemas da Economia do Desenvolvimento Tradicional

Em nossa visão, a economia do desenvolvimento tradicional, apesar de seus grandes méritos, tinha duas sérias limitações. Em primeiro lugar, os economistas do desenvolvimento tinham uma tendência crônica de partir muito depressa para uma dimensão normativa, sugerindo intervenções políticas, sem esclarecer suficientemente bem como economias em desenvolvimento de fato funcionavam. Esta tendência era tão forte que, freqüentemente, alguns dos melhores economistas do desenvolvimento caíam no hábito de tratar as economias capitalistas em desenvolvimento como se fossem sistemas planejados ou socialistas (vide, por exemplo, o tratamento de Kalecki do que ele chamou de “economias misturadas” e o uso difundido da “Lei de Say” na literatura estruturalista latino-americana).

A outra deficiência básica da economia do desenvolvimento, muito relacionado à anterior, era o fato de que, em geral, economistas do desenvolvimento não se dedicaram a uma discussão detalhada da operação normal do mecanismo de mercado, do que este podia ou não realisticamente fazer. Isso levou freqüentemente a um certo menosprezo das dificuldades de planejamento nos mercados de produto e, mais importante ainda, a uma grande ambigüidade sobre o que acontece nos mercados dos assim chamados fatores de produção (isto é, como a distribuição, o emprego do trabalho e a utilização do capital são realmente determinados). Por exemplo, um grande número de economistas do desenvolvimento com perfil mais crítico argumentavam (e ainda argumentam) que as ineficiências da alocação “estática” de recursos de várias intervenções, através de políticas de desenvolvimento, eram mais do que compensadas pelos efeitos de eficiência “dinâmica” positivos. Mas

o que será que eles queriam dizer por ineficiência da alocação estática de recursos? Será que eles queriam dizer que economias em desenvolvimento teriam, na ausência de intervenções, uma tendência espontânea para um equilíbrio geral estático Pareto-eficiente com pleno emprego de todos os fatores? Provavelmente não. Entretanto, se não era o conceito neoclássico de eficiência, o que economistas do desenvolvimento realmente queriam dizer com eficiência (ou ineficiência) de alocação estática? Será que mercados competitivos desregulados realmente podem gerar alocações eficientes, tendência ao pleno emprego de todos os fatores de produção, equilíbrio automático no comércio exterior e na balança de pagamento, etc.? Estas são questões gerais muito controversas porém cruciais em economia. Economistas do desenvolvimento ficavam, freqüentemente, satisfeitos em supor que mercados competitivos de produto, e especialmente de fatores, funcionavam bem no Norte mas por algum motivo não existiram (ou não funcionariam) no Sul.

Dada tal atitude “imperfeccionista”, muito difundida mas teoricamente problemática, não foi difícil para a contra-revolução neoliberal-neoclássica posteriormente convencer que o problema do desenvolvimento era justamente o de criar os mercados (e instituições associadas) que, supostamente, funcionaram tão bem no Norte e estavam de algum modo faltando nas áreas mais tropicais.

Foi essa contra revolução evidentemente que levou a economia do desenvolvimento para a atual posição muito estreita e bastante limitada, onde os defensores de políticas de desenvolvimento ativistas ficam restritos a tentar provar que, no Sul, as “falhas de mercado” são maiores que “falhas de governo” e, deste modo, a intervenção é Pareto-superior.

Esta atitude defensiva porém não parece ser necessária. Em nossa visão, a descrição neoclássica da operação dos mecanismos de mercado é errada tanto para o Norte quanto para o Sul, por um número grande e bem documentado de razões teóricas, empíricas e históricas. O fato da economia neoclássica ser, hoje em dia, ideológica e culturalmente dominante não significa necessariamente que esteja cientificamente correta.

Se olharmos para a experiência do Norte (desemprego em massa) e do Sul (falta de convergência das taxas de crescimento) nas últimas duas décadas, parece bastante clara a necessidade urgente, do ponto de vista político, de Estados de Bem-estar Keynesianos no Norte e de Estados Desenvolvimentistas no Sul. Parece, no

entanto, ser bastante difícil que esta luta possa ser intelectualmente sustentada se a economia do desenvolvimento permanecer presa neste estreito limite.

Acreditamos, dessa forma, haver um problema econômico básico na discussão do desenvolvimento. Estamos totalmente a favor de ampliar a agenda do desenvolvimento econômico para incluir movimentos sociais, políticas sociais, questões de gênero, aspectos ambientais e assim por diante. Porém, se quase todos envolvidos na discussão (até os que não são economistas) implicitamente aceitam o dogma neoclássico de que uma economia capitalista competitiva, por si só, em princípio, geraria uma alocação ótima de recursos “escassos”, será muito difícil avançar na maioria dessas questões mais complexas. Adotar a visão neoclássica do mecanismo de mercado como certa, faz as pessoas crerem em todo tipo de proposições (freqüentemente puramente imaginárias) como, por exemplo, o *trade off* entre equidade e eficiência ou que quase todos os impostos e o salário mínimo são distorcionários, entre outros. Na verdade essas proposições oriundas dos dois teoremas fundamentais de economia do bem-estar neoclássica e só têm relevância se existisse uma tendência forte ao equilíbrio de pleno emprego.

A tarefa essencial então é entender melhor como as economias capitalistas do Norte e do Sul realmente funcionam. Isso exige alguns estudos teóricos e uma enorme quantidade de trabalhos aplicados para nos livrarmos dos mitos da economia neoclássica e da consideração, totalmente destorcida, da evolução das economias do Norte e do Sul, como a retratada pelo FMI, Banco Mundial e instituições acadêmicas do *mainstream* ao longo das últimas duas décadas.

III) A Retomada da Abordagem Clássica do Excedente

Em um sentido muito amplo, se considerarmos as teorias econômicas do funcionamento geral dos mecanismos de mercado, podemos dizer que a maior parte delas eram baseadas em três grandes idéias ou princípios gerais, que no passado teriam sido chamados “princípios de economia política” (ou mais recentemente de “economia”).

O primeiro destes é o conceito do excedente econômico, típico dos antigos economistas clássicos incluindo desde Petty até Ricardo. De acordo com este princípio, o excedente é determinado pelas condições técnicas de produção e um

salário usual de "subsistência". A competição opera distribuindo o excedente entre os vários tipos de rendas da propriedade via o sistema de preço. Esta noção do excedente é evidentemente compatível com várias teorias diferentes e modelos específicos e tem sido utilizada como um esqueleto analítico geral por vários autores, explicita ou implicitamente (mesmo que estes não se considerem como seguidores dos clássicos).

O segundo é o assim chamado princípio da substituição (ver Serrano, 2001b) que, é claro, ocasionou a revolução marginalista e o nascimento da abordagem neoclássica. Na verdade, é a noção de substituição (tanto direta quanto indireta) de fator que dá a base para a idéia de que existe uma relação geral inversa entre o preço e a quantidade utilizada de um fator. Esta relação inversa é condição necessária para ser possível dizer que os preços dos fatores refletem a "escassez relativa" das dotações dos fatores de produção. A escassez dos fatores (particularmente a de trabalho) é a única base necessária, em economias em que existe produção, para o argumento de que os preços relativos dos produtos são índices de escassez, e tudo mais que se segue a partir disso.

A abordagem neoclássica evoluiu tanto, e em certas direções, que tornou-se na realidade muito diferente e distante de sua origem. Hoje em dia tendemos a esquecer que essa abordagem, como uma visão de como os mecanismos de mercado funcionam, é ainda completamente baseada na operação presumida desse princípio fundamental da substituição, tanto quanto a abordagem clássica é baseada na noção do excedente.

Existe ainda um terceiro princípio fundamental, o princípio de demanda efetiva. De acordo com esse princípio o nível agregado do produto (e não somente dos produtos relativos) é determinado pela demanda monetária daqueles que podem pagar os preços de oferta normais. Este princípio foi introduzido por Keynes (e por Kalecki) nos anos trinta e é também uma destas grandes idéias que levou a vários desenvolvimentos diferentes em muitas áreas, e permitiu a produção de muitas teorias e modelos específicos organizados ao seu redor.

Os primeiros dois princípios (excedente e substituição) permitiram, naturalmente, o desenvolvimento de duas abordagens distintas para a teoria econômica geral, e particularmente para a teoria dos preços e da distribuição, respectivamente a clássica e a neoclássica. O terceiro princípio (demanda efetiva), relacionado a perguntas talvez menos gerais e não necessariamente ligadas a uma abordagem particular da teoria do preço (e da distribuição), não poderia, e realmente

não gerou, a elaboração de uma outra abordagem geral para economia. É então natural que a maior parte das discussões fundamentais sobre o princípio de demanda efetiva tem estado, de uma forma ou de outra, relacionada a sua compatibilidade ou incompatibilidade com essas abordagens mais gerais baseadas nos outros dois princípios.

Equipado com esta simples taxinomia, é bastante fácil explicar a essência do projeto geral da moderna abordagem clássica do excedente liderada por Piero Sraffa em Cambridge, Reino Unido, e desenvolvida por seus seguidores mais próximos. Este projeto pode ser convenientemente resumido aqui como sendo baseado em três pontos.

O primeiro ponto é a crítica interna aos princípios da substituição que mostrou que, em geral, estes não podem ser deduzido em economias que usam meios de produção produzidos. É uma crítica da tentativa de tratar o capital como um fator de produção da mesma maneira que um fator não reprodutível, como o trabalho e a terra, o que mostra que existem sérias falhas teóricas na idéia de que os preços dos fatores possam refletir a “escassez relativa”.

O segundo ponto é a idéia de que devíamos retornar na teoria geral do valor e da distribuição para uma visão clássica baseada no conceito do excedente, que leva a uma teoria "objetiva" dos preços relativos, onde preços competitivos refletem as condições técnicas de produção e as regras da distribuição.

Finalmente, uma vez que estamos retornando aos clássicos depois de Keynes, o terceiro ponto é que devemos integrar completamente na análise o princípio de demanda efetiva. Portanto devemos produzir alguma síntese entre as teorias Keynesiana-Kaleckiana e a Clássica, fundamentando tudo no princípio do excedente. Isso nos permite estudar a importância da demanda efetiva não só para as flutuações de curto prazo mas também para o processo de acumulação de longo prazo.

IV) O Excedente e o Desenvolvimento Econômico

A descrição acima pode soar bastante abstrata, mas pensamos que esta abordagem é não só teoricamente muito mais consistente que a abordagem neoclássica, como também, e mais importante ainda para nossos propósitos aqui, provê uma base muito melhor para explicar os fatos estilizados do desenvolvimento econômico.

Podemos ilustrar aqui o que foi dito mencionando, para sermos breves, apenas

dois (embora muito importantes) desses fatos estilizados: i) a conexão entre desenvolvimento econômico e a queda da participação do emprego na agricultura e ii) a associação entre a taxa do investimento e a taxa de crescimento (tanto em termos absolutos quanto por trabalhador).

O primeiros destes fatos estilizados pode ser visto como o resultado de duas tendências estruturais importantes. A primeira é um aumento inicial da produtividade na agricultura, sem o qual não pode haver mesmo nenhum excedente. A segunda é a mudança inevitável na estrutura da demanda, diminuindo o papel da agricultura, assim que a divisão social do trabalho, que se torna factível justamente por este aumento da produtividade no setores básicos, fica cada vez mais complexa (isto é o que está por trás das curvas de Engel). Esta era, evidentemente, a visão dos antigos economistas Clássicos, que eram muito preocupados com este processo de mudança estrutural e com a escolha de políticas e instituições que o acelerasse, nas circunstâncias históricas e geográficas específicas. Alguns exemplos: W. Petty defendia investimentos públicos em infra-estrutura para abaixar o custo dos alimentos; Cantillon estava preocupado com a melhoria da qualidade das manufaturas urbanas, de forma que essas pudessem ser trocadas por uma parte do excedente agrícola, necessária para alimentar os moradores da cidade; os Fisiocratas franceses enfatizavam a necessidade de usar bens de capital modernos para “industrializar” a agricultura; Ricardo acreditava que a Inglaterra devia importar comida de países onde terras de boa qualidade fossem mais abundantes, para abaixar o custo dos alimentos.

Hoje em dia, podemos ver a enorme importância deste padrão de mudança estrutural, por exemplo, nas dificuldades em aumentar o salário real e os padrões de vida das estratégias de desenvolvimento industrializante, no Pós-guerra, na América Latina e na Índia, onde a agricultura não se modernizava no ritmo adequado. Outros exemplos notáveis foram as dificuldades crônicas sofridas na União Soviética ou as mudanças dramáticas na China, nas últimas décadas, quando agricultura se modernizou.

V) Retornos Marginais Decrescentes para a Acumulação de Capital e “Convergência”

O segundo fato estilizado, mencionado acima, de uma forte conexão entre a taxa de investimento em capital e a taxa de crescimento do produto e do produto por trabalhador, mostra que, na experiência histórica real, não existe nenhuma tendência

geral para a convergência e que países que aceleram a acumulação de capital (físico), de fato, crescem permanentemente muito mais rápido.

Como é bem conhecido, este fato estilizado é difícil de ser explicado através da teoria neoclássica do crescimento exógeno usual (Solow), em que acumulação de capital tem retornos marginais decrescentes. De fato, na última década, aproximadamente, um enorme esforço foi posto na chamada teoria neoclássica de crescimento endógeno, para tentar explicar a falta de evidência empírica dos retornos marginais decrescentes para a acumulação de capital. Estes modelos de crescimento endógeno são, no entanto, baseados em suposições extremamente arbitrárias sobre as relações tecnológicas da economia.

Devemos notar que a tendência para os retornos marginais decrescentes da acumulação de capital na teoria do crescimento exógeno é, de fato, uma consequência da teoria neoclássica de preços e da distribuição, uma vez que nessa teoria existe o mecanismo de *market clearing* nos mercados dos fatores de produção.

Os retornos decrescentes da acumulação de capital não são uma hipótese tecnológica, mas um resultado inevitável de supor que os bens de capital adicionais vão ser combinados com uma força de trabalho plenamente empregada.

A literatura neoclássica do crescimento endógeno, por outro lado, só consegue eliminar a tendência para retornos decrescentes da acumulação de capital recorrendo a suposições fantásticas sobre “externalidades”, que sempre tem a forma adequada e a magnitude precisa para compensar exatamente a tendência básica para retornos decrescentes, que vem da força de trabalho supostamente escassa.

É bastante irônico ver tantos economistas desenvolvimentistas adotando a teoria neoclássica do crescimento endógeno e suas suposições extremamente ad hoc, aparentemente sem perceber o quão estapafúrdia é uma teoria do crescimento, supostamente aplicável para economias em desenvolvimento, ser baseada na idéia que a força de trabalho é um fator escasso.

Parece claro porém, ou pelo menos sempre pareceu claro tanto para os antigos economistas clássicos quanto para a tradicional literatura do desenvolvimento econômico, que economias capitalistas em geral, e economias em desenvolvimento em particular, tinham excedente estrutural de mão-de-obra. De uma perspectiva clássica, a força de trabalho em economias em desenvolvimento é qualquer coisa, exceto escassa (e também nas economias desenvolvidas, o tamanho do força de trabalho historicamente parece nunca ter sido um obstáculo importante ao

crescimento de longo prazo).

Meramente retirando a idéia neoclássica de escassez de trabalho imediatamente eliminamos a tendência para os retornos decrescentes da acumulação de capital, já que os bens de capital adicionados serão normalmente combinados com mais trabalho (ou trabalhadores mais produtivos). Deste modo, em uma visão clássica do crescimento, a capacidade produtiva da economia depende diretamente da taxa de acumulação do capital. Se simplesmente adicionarmos as considerações Smithianas sobre retornos crescentes de escala (que foi mais tarde retomada por Kaldor) podemos também facilmente explicar a conexão entre a acumulação e o crescimento do produto por trabalhador.

Note também que se o crescimento de longo prazo depende diretamente da acumulação de capital não existe absolutamente nenhuma razão para esperar uma convergência automática de taxas de crescimento, já que os resultados da convergência são inteiramente baseados na tendência neoclássica tradicional para retornos marginais decrescentes do capital. Então, uma vez que a idéia implausível de escassez do trabalho é removida, fica claro que o desenvolvimento desigual é simplesmente a norma em economias capitalistas. Isso também significa que algum tipo de Estado Desenvolvimentista que esteja preocupado em promover a acumulação de capital é uma condição realmente necessária (embora não suficiente) para o “catch-up” ou a “convergência”.

VI) Restrições Internas e Externas à Acumulação de Capital e Desenvolvimento.

Nas economias capitalistas em desenvolvimento, isto é, aquelas que, de uma forma ou de outra, são capazes de produzir um excedente significativo acima dos padrões de subsistência usuais, a produção é normalmente limitada pelo nível de demanda efetiva. Isto ocorre tanto a curto quanto especialmente no longo prazo (já que se torna mais fácil adaptar o produto à demanda, com o passar do tempo). Isto significa que a longo prazo pela operação do princípio da demanda efetiva, as decisões de investir geram poupança agregada por variações da renda e do produto. A acumulação do capital depende, deste modo, não das decisões de poupar mas do crescimento do investimento.

Porém, a expansão contínua de investimento que gera capacidade produtiva para o setor privado depende, em última instância, do nível e da taxa do crescimento da demanda final (gastos do governo, consumo e exportações) pelo efeito do

acelerador (ou ajuste do estoque de capital).

Em nossa visão é esse efeito supermultiplicador (isto é os efeitos combinados do acelerador e do multiplicador) que explica os fatos estilizados conectando a taxa de investimento e a taxa de crescimento.

Os dados parecem mostrar que, de fato, é a taxa do investimento que se ajusta à taxa de crescimento, depois de um intervalo de tempo considerável. Isso pode ser explicado, em um regime de crescimento liderado pela demanda, pelo fato de que quando a taxa de crescimento da demanda final aumenta o investimento e a capacidade produtiva começam a crescer juntos. Inicialmente não ocorre um aumento da taxa de investimento, uma vez que um aumento no grau de utilização efetivo da capacidade pode e de fato acomoda a expansão mais rápida tanto da demanda final quanto do investimento. Apenas gradualmente, durante um período mais longo de tempo, por um “acelerador flexível”, a taxa do investimento começa a aumentar para ajustar mais adequadamente os níveis de capacidade produtiva ao nível e à taxa de crescimento da demanda final. Em todo caso, o ritmo de crescimento liderado pela demanda é fortemente afetado por políticas macroeconômicas de cada Estado. Estas políticas são no longo prazo muito influenciadas, com a possível exceção do país que emite a moeda corrente internacional, pela necessidade de satisfazer a restrição externa ou de balança de pagamento.

Deste modo, em nossa visão, a chave para entender o processo de acumulação de capital nos países em desenvolvimento é o estudo da complexa interação, em cada período histórico, entre o comércio internacional e o ambiente financeiro econômico, a situação geopolítica associada (que é crucial para entender o acesso aos mercados e finanças) e as políticas de desenvolvimento de cada Estado nacional. Diferentes tentativas de Estados desenvolvimentistas de acelerar a mudança estrutural, melhorando a infra estrutura, expandindo e diversificando o mercado interno, ou alternativamente em conquistar posições estratégicas em mercados de exportação, terão graus completamente diferentes de sucesso de acordo com o ambiente internacional no qual estejam inseridos. Nossa pesquisa em desenvolvimento enfoca justamente o estudo da interação de mudanças no ambiente internacional econômico e geopolítico, sob diferentes sistemas financeiros e monetários internacionais, e as mudanças nas políticas e nos resultados de desenvolvimento de diferentes Estados. O canal de transmissão principal entre estes dois níveis são as mudanças na situação de balança de pagamento dos Estados em desenvolvimento, que por sua vez afetam

diretamente as políticas macroeconômicas e através delas o ritmo de acumulação capital.

Temos usado, já por algum tempo, este esqueleto geral como a base para um programa de pesquisa. Este programa já produziu vários estudos específicos sobre o crescimento de países ou regiões específicas e consideramos que os resultados são encorajadores. Este esquema não só é teoricamente consistente como também nos permite escapar de ambas as armadilhas: da visão 'fatalista' de que tudo sobre o desenvolvimento é determinado pelo ambiente internacional (como muita da literatura Marxista sobre globalização, por exemplo) e também do "nacionalismo metodológico", às vezes excessivo (em que tudo é creditado às políticas ou instituições nacionais específicas, desconsiderando os elementos externos), hoje em dia comuns na maioria da literatura do desenvolvimento mais crítica.

VII) Repensando o Desenvolvimento Brasileiro à luz da Abordagem do Excedente

Nesta seção descrevemos brevemente como temos tentado reinterpretar a experiência brasileira nas últimas décadas, através de nossa releitura crítica do pensamento desenvolvimentista, e em particular o latino-americano e brasileiro, utilizando a abordagem clássica do excedente.

Como vimos acima, essa abordagem rompe completamente com a velha ortodoxia econômica neoclássica que hoje está por traz do chamado pensamento neoliberal. Os trabalhos teóricos desta abordagem tem demonstrado repetidamente que as economias de mercado, mesmo quando estes são “perfeitos” e “completos”, não tem necessariamente uma tendência espontânea ao pleno emprego da força de trabalho nem à plena utilização da capital já existente, o que aliás também é fartamente comprovado pela evidência empírica.

Uma economia capitalista tende a produzir, não tudo o que seria possível, mas aquilo que se pode vender a preços que satisfaçam os requisitos mínimos de rentabilidade privada, o que Keynes chamava de “demanda efetiva”.

Como os “fatores de produção” (trabalho e capital) não são escassos, seus “preços” (salários, taxa de lucro) não são índices de sua “escassez” intrínseca e se formam através de um processo de barganha, muito influenciado por relações de poder. A distribuição de renda é resultante deste processo complexo em que

interagem os determinantes dos salários nominais (organização sindical, padrões de consumo mínimos socialmente toleráveis, etc.), a evolução da produtividade e a política econômica do Estado, particularmente no que diz respeito a taxa de juros e a taxa de câmbio.

No caso do Brasil nossa análise parte do problema da inflação e estabilização. Nesse caso, a interrupção dos fluxos de capitais externos na década de 80 e a crise da dívida externa da “década perdida” é que explica, em grande parte, o fracasso dos diversos planos de estabilização que tentavam desindexar a economia. A necessidade de manter a taxa de câmbio real, para produzir um superávit na conta corrente para honrar o serviço da dívida, levava à indexação do câmbio em prazos cada vez mais curtos e esta por sua vez tornava necessária a indexação dos juros, para evitar a fuga de capitais, com a indexação salarial em geral vindo mais defasada.

O retorno dos fluxos de capitais externos no início dos anos 90 foi o que tornou sustentável a estabilização do câmbio nominal e a desindexação dos juros e dos salários no Plano Real (que aliás era muito pouco diferente dos demais planos “heterodoxos” anteriores) e reduziu a inflação permanentemente (ver Serrano (1998a) e Medeiros & Serrano(2001b) e Pinkusfeld (2001)).

Os efeitos distributivos de tais políticas e a relação mais geral entre distribuição e distintos padrões de crescimento são discutidos em Medeiros (2001). Neste caso, se mostra que, ao contrário do que muitos “pobrólogos” da moda afirmam atualmente, o crescimento econômico tem forte efeito de redução da pobreza. Além disso, mostra-se que o padrão concentrador de renda do período de alto crescimento da economia brasileira até o início da década de 80 foi produzido por uma série de fatores específicos, a saber: baixo crescimento da produtividade e evolução desfavorável do preço relativo dos alimentos, perda de poder de compra do salário mínimo, forte repressão política ao movimento sindical, crescimento demográfico acelerado e inflação crônica.

Posteriormente, nos anos 90, elementos com o baixo crescimento econômico, alto desemprego e a elevada taxa de juros real, parecem ter mantido a tendência à concentração da distribuição funcional e pessoal da renda. No entanto, na medida em que se moderniza a agricultura de alimentos e seus preços relativos mantenham um comportamento favorável, e levando em conta que já ocorreu a transição demográfica, tudo indica que se e quando houver uma retomada sustentada do crescimento econômico no país, com alguma ênfase em investimentos em infra-

estrutura urbana (particularmente nas cidades menores) e elevação do salário mínimo, será possível obter uma rápida redução no nível de pobreza, o que certamente vai melhorar os indicadores de distribuição pessoal da renda.

O problema então é como retomar o crescimento. O crescimento da capacidade produtiva da economia à longo prazo depende basicamente do crescimento do investimento. O investimento privado, no entanto, só cresce de forma sustentada se a demanda final (consumo, construção civil, gasto público, exportações) cresce regularmente, de forma a ocupar a capacidade produtiva que está sendo criada. A expansão regular da demanda final depende em boa parte da condução da política macroeconômica.

Conforme explicado em Serrano (2001b), estas idéias simples vão contra a doutrina profundamente arraigada, mas que só seria válida numa economia centralmente planejada, de que uma queda no consumo por si só estimula o investimento privado. Na prática o único efeito direto da queda do consumo é a diminuição do nível de produto e o conseqüente aumento da capacidade produtiva ociosa que, se persistir, tende a desestimular o investimento privado.

Este argumento diverge também de interpretações mais heterodoxas que pensam o investimento privado agregado como uma variável autônoma, que mesmo a longo prazo depende da “empolgação” dos empresários e puxa em vez de ser puxada pelo crescimento da demanda final. Esta visão tende a esquecer que o investimento privado cria capacidade produtiva e que dá um prejuízo enorme se não for adequadamente utilizada.

Na prática a principal restrição objetiva a políticas macroeconômicas que levem a uma expansão ordenada da demanda final se encontra, de forma especialmente drástica no caso de países em desenvolvimento, na restrição de balança de pagamentos, pois as divisas são, em última instância, o “insumo” que é realmente escasso no processo de desenvolvimento.

Infelizmente, nem sempre a política econômica do governo está voltada para a administração racional das divisas com o objetivo de maximizar o crescimento da economia e do mercado interno. Pelo contrário, a experiência brasileira recente mostra o quão fácil e rapidamente é possível se desperdiçar vultosos montantes de divisas e crescer muito pouco, se o governo estiver suficientemente determinado a conduzir a política econômica desta forma, que já foi chamada de “irresponsabilidade cambial”.

No estudo sobre inserção externa e o papel da taxa de crescimento das exportações no desenvolvimento brasileiro (Serrano & Medeiros, 2001a) tentamos justamente compreender melhor a relação entre a restrição de balança de pagamentos e o crescimento econômico.

É bastante comum o argumento de que, como o Brasil é uma economia dotada de vasto mercado interno, as exportações não desempenham papel tão importante em nossa economia. Além disso, pode-se apontar que durante um dos períodos em que a economia apresentou elevadas taxas de crescimento as exportações estagnaram (anos 50-60) e também que num dos períodos de relativamente rápida expansão das exportações (década de 80) a taxa de crescimento da economia foi muito baixa.

É importante distinguir o papel da taxa de crescimento das exportações como componente da tendência de longo prazo da demanda final e sua função no financiamento externo do desenvolvimento econômico. As exportações podem ser mais ou menos importantes para a expansão de uma economia – de acordo com uma série de características estruturais de cada país; entretanto, seu papel no financiamento e relaxamento da restrição externa ao crescimento é absolutamente central e estratégico para todos os países, com a exceção daquele que emite a moeda de circulação internacional (no momento apenas os EUA). Sem dúvida, na economia brasileira as exportações não são, e dificilmente se tornarão, um componente importante da demanda final. No entanto, o crescimento das exportações tem um papel estratégico fundamental para garantir a sustentabilidade do financiamento da balança de pagamentos.

Esta reconsideração do papel central do crescimento das exportações permite também explicar o aparente paradoxo de que, na década de 80, a economia brasileira esteve sujeita a severa restrição do balanço de pagamentos, devido em grande parte ao corte e à parcial reversão dos fluxos de capital externo, enquanto na última década a economia recebeu enormes fluxos de capital (cuja “qualidade” teria melhorado nos anos mais recentes com a enorme expansão do investimento direto estrangeiro até o ano passado) e, no entanto, apresentou desempenho de crescimento absolutamente medíocre.

A explicação aqui estaria centrada na distinção entre o problema de liquidez externa e o problema de sustentabilidade do déficit em conta corrente e dos passivos externos.

O financiamento externo via investimento direto estrangeiro em vez de dívida

ou investimentos de portfólio, na medida em que resulte de fato num comprometimento de recursos à longo prazo no país (o que é meio duvidoso numa época em que se classificam como e “investimento direto estrangeiro” dólares repatriados das ilhas Cayman para jogar na bolsa), de fato tende a aliviar o problema da liquidez externa, problema este que está ligado aos prazos de vencimento dos passivos externos do país.

No entanto, o investimento direto estrangeiro, a não ser que, ao contrário do que tem ocorrido no Brasil nos últimos anos, se volte para setores exportadores ou de substituição de importações, em nada ajuda a garantir a sustentabilidade à longo o prazo da posição externa do país. Esta sustentabilidade depende fundamentalmente da taxa de crescimento das exportações e da variação do coeficiente de importações em relação as taxas de juros pagas nos passivos externos. Desta forma, devido ao baixo crescimento das exportações brasileiras e o crescimento da propensão marginal a importar, resultantes da curiosa política cambial e de abertura comercial e financeira do governo FHC, os indicadores de sustentabilidade da balança de pagamentos continuaram se deteriorando sem parar, mesmo quando os problemas de liquidez externa à curto prazo foram atenuados pelos recursos do acordo com o FMI e pela “bolha” (que parece já ter estourado) de investimento direto estrangeiro, de tal forma que atualmente o Brasil tem uma das maiores taxas de risco externo do mundo.

VIII) Por que O Complexo de Inferioridade ?

Sabemos que a abordagem que seguimos e o programa que executamos é apenas uma de muitas alternativas possíveis. Nesta conclusão, muito mais importante que explicar ou defender adicionalmente nosso programa de pesquisa, é enfatizar que acreditamos fortemente que não existe absolutamente nenhuma necessidade dos economistas do desenvolvimento terem um complexo de inferioridade em relação à teoria econômica neoclássica. Também não existe nenhuma necessidade de pagar um tributo a ela, tentando desesperadamente defender de um modo neoclássico políticas que sabemos ser desejáveis por razões completamente não neoclássicas. Além disso, não precisamos realmente ficar tão agradecidos quando um eminente economista neoclássico ocasionalmente admite que alguma das coisas que os economistas do desenvolvimento dizem são, às vezes, relevantes, aqui ou ali. O colonialismo militar e político parece ter sido parcialmente reposto por um complexo de inferioridade teórico, ideológico e cultural. Porém, existe um enorme número de excelentes

trabalhos críticos já prontos e sendo feitos, tanto teóricos como aplicados, no Sul e também no Norte. Se conseguirmos juntar um maior número desses trabalhos, ensiná-los e disseminá-los mais extensamente, sem passar pelas rotas (virtualmente) bloqueadas das revistas tradicionais e instituições ortodoxas do Norte, a economia do desenvolvimento, ao invés de ser um sobrevivente, como uma ramificação secundária da teoria do crescimento da economia e do bem-estar neoclássico, pode se tornar novamente uma profissão socialmente útil cujo propósito, como William Petty, fundador de nossa profissão e particularmente da abordagem clássica para o desenvolvimento, sabia, é ajudar os cidadãos dos vários países em desenvolvimento a alcançar “paz e abundância”

Referências

Medeiros, C. Globalização e Inserção Internacional Diferenciada na Ásia e A. Latina In: Tavares, M. C. e Fiori, J. L (eds.) Poder e Dinheiro, Vozes, 1997

Medeiros, C. "Raízes Estruturais da Crise Financeira Asiática e o Enquadramento da Coréia", mimeo, IE-UFRJ, 1998.

Medeiros, C. “China: Entre os Séculos XX e XXI” em Fiori, J. L. (ed.) Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Vozes, 1999.

Medeiros, C. “High Wage Economy, Fordism and Sloanism: The American Experience During the Golden Age, *Contributions to Political Economy*, 2000a

Medeiros, C. Instituições e Desenvolvimento Econômico: A abordagem do Excedente, mimeo, IE-UFRJ, 2000b

Medeiros, C. Desenvolvimento Econômico, distribuição de renda e pobreza, em Fiori, J. e Medeiros, C. (eds.), Polarização Mundial e Crescimento, 2001a

Medeiros, C. e Serrano, F. Padrões Monetários Internacionais e Crescimento, em Fiori, J. L. (ed.), Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Vozes, 1999.

Medeiros, C. e Serrano, F. "Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil", em Fiori, J. e Medeiros, C. (eds.), Polarização Mundial e Crescimento, 2001a.

Medeiros, C. e Serrano, F. "Capital Flows to Emerging Markets Under the Floating Dollar Standard : A Critical View Based on the Brazilian Experience".

mimeo, IE-UFRJ, 2001b.

Pinkusfeld, C., Inflação e Estabilização, em Fiori, J. e Medeiros, C. (eds.), *Polarização Mundial e Crescimento*, 2001.

Serrano, F. Review of Pivetti's Essay on Money and Distribution, *Contributions to Political Economy*, 1993

Serrano, F. Long Period Effective Demand and the Sraffian Supermultiplier, *Contributions to Political Economy*, 1995.

Serrano, F. **The Sraffian Supermultiplier**. Unpublished Ph.D. thesis, Cambridge University, 1996.

Serrano, F. Stability in Classical and Neoclassical Theory, *conference Sraffa and Modern Economics, Rome*, mimeo, 1998a.

Serrano, F. "Tequila ou Tortilha? Notas sobre a Economia Brasileira nos Noventa". *Revista Archetypon*. set/dez 1998b.

Serrano, F. & Freitas F. "A Abordagem Clássica do Excedente", mimeo, IE-UFRJ, 1998

Serrano, F. "A soma das poupanças determina o investimento?", *Archetypon*, 2000

Serrano F. & Willcox D. "O modelo de dois hiatos e o supermultiplicador", *Revista de Economia Contemporânea*, IE-UFRJ, 2000.

Serrano, F. e Cesaratto S. "As Leis de Rendimento nas Teorias Neoclassicas do Crescimento Econômico: Uma Crítica Sraffiana", mimeo, IE-UFRJ, 2002.

Serrano, F. "Equilíbrio Neoclássico de Mercado de Fatores: um ponto de vista Sraffiano", *Ensaio FEE*, v. 22, n. 1, 2001b

Serrano, F. "A Acumulação e o Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento", em Fiori, J. e Medeiros, C. (eds.), *Polarização Mundial e Crescimento*, 2001a.

Serrano F., Cesaratto S. & Stirati "Technical Change, Effective Demand and Employment, *Review of Political Economy*, 2003 (forthcoming).